



Escola de Comunicação e Artes
Departamento de Ciência da Informação
Licenciatura em Arquivística

**O PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: UMA
REFLEXÃO A PARTIR DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE
(AHM)**

Candidata: Custódia José Tovela

Supervisor: Mestre José Jorge Mahumane

Maputo, Outubro de 2025

Escola de Comunicação e Artes
Curso de Licenciatura em Arquivística

**O PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: UMA
REFLEXÃO A PARTIR DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE
(AHM)**

Monografia apresentada no Curso de Arquivística da Escola de Comunicação e Artes, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Arquivística.

Candidata: Custódia José Tovela

Supervisor: Mestre José Jorge Mahumane

Maputo, Outubro de 2025

Escola de Comunicação e Artes
Curso de Licenciatura em Arquivística

**O PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: UMA
REFLEXÃO A PARTIR DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE
(AHM)**

Monografia apresentada no Curso de
Arquivística da Escola de Comunicação
e Artes, como requisito parcial para a
obtenção do grau de licenciatura em
Arquivística.

Candidata: Custódia José Tovela

JÚRI

Presidente: Dr. Gildo Carlos Macie
Escola de Comunicação e Artes

Supervisor: Mestre José Jorge Mahumane
Escola de Comunicação e Artes

Oponente: Mestre Leonor Celeste Silva
Escola de Comunicação e Artes

Maputo, Outubro de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha querida Mãe, pelo
amor e compreensão em todos os momentos da
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus todo-poderoso, por me ter sustentado nesta caminhada longa, por me ter fortalecido nos momentos mais difíceis e por me ter permitido cumprir o objectivo a que me propus.

Agradeço a minha querida e amada mãe pelo apoio incondicional em todos momentos em especial nessa grande trajetória académica que não foi fácil, nos momentos de fraqueza e insegurança ela esteve ao meu lado.

Junto agradeço a minha querida irmã/mãe Nelta e o meu cunhado Mendes, mesmo distantes eleses tiveram me apoiando desde emocionalmente assim como financialmente, não menos importante, também agradeço ao meu irmão Emidio que muito me ajudou a aprender como lidar com a matéria do conhecimento científico e muito mais coisas que sei até hoje.

Junto agradeço aos meus irmãos da igreja Católica (coral SPSP), que me ajudaram em um momento de desistência por falta de financiamento para cobrir as despesas académicas. Também agradeço ao Ilídio Bambo que também foi um impulsionador dessa minha trajetória.

Junto agradeço de forma particular a Edna Zandamel e Marcos Lichavo que foram os mentores da mobilização financeira, sem deixar de lado Associação dos estudantes da UEM, que também mobilizaram a ajuda financeira por meio de cartazes a pedido de ajuda. Também agradeço ao Mate que se responsabilizou em financiar todo o meu último ano de estudos. Assim como também, quero agradecer a Irmã Grázia pela ajuda final para que fosse materializada essa monografia.

Agradeço ao meu orientador Mestre José Jorge Mahumane, Pela sua orientação, paciência e dedicação ao longo da elaboração desse trabalho. Seu conhecimento, incentivo e disponibilidade foram fundamentais para o desenvolvimento dessa monografia. Agradeço por todas as sugestões, revisões e apoio em cada etapa desse percurso.

Quero agradecer também as minhas companheiras da minha jornada académica Salita Ndeve, (Nancy Nhanchungue, Naira Banze, Nesia Bié) conforme fomos apelidadas com o nome de "Time das Fofoqueiras", na qual juntos enfrentamos desafios e tivemos superações significativas como esse resultado académico.

RESUMO

O presente trabalho analisa o papel do património arquivístico na construção da memória histórica, a partir do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). A pesquisa baseia-se na revisão bibliográfica e na análise documental para compreender a relação entre a preservação documental e a formação da memória coletiva. Os resultados indicam que os documentos arquivísticos são fundamentais para a construção das narrativas históricas, embora desafios como a falta de políticas de digitalização e limitações de acesso ainda representem dificuldades na acessibilidade da informação. Além disso, observou-se que a selecção de documentos para preservação pode ser influenciada por interesses políticos e institucionais, afectando a pluralidade das memórias registadas. Assim, este estudo destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para a preservação documental e a importância da colaboração entre instituições arquivísticas, universidades e centros de pesquisa para garantir um acervo mais acessível e representativo.

Palavras-chave: Património arquivístico; Memória Histórica; Arquivo Histórico de Moçambique; Preservação documental; Gestão arquivística.

ABSTRACT

This study analyzes the role of archival heritage in the construction of historical memory, from the Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). The research is based on bibliographic review and document analysis to understand the relationship between document preservation and collective memory formation. The findings indicate that archival documents are fundamental in building historical narratives. However, challenges such as the lack of digitization policies and access limitations still hinder information accessibility. Additionally, political and institutional interests, affecting the plurality of recorded memories, can influence the selection of documents for preservation. Thus, this study highlights the need for effective public policies for document preservation and the importance of collaboration between archival institutions, universities, and research centers to ensure a more accessible and representative collection.

Keywords: Archival heritage; Historical memory; Arquivo Histórico de Moçambique; Document preservation; Archival management.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Síntese das Categorias de Análise dos Resultados	27
--	----

SIGLAS E ABREVIATURAS

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

AN – Arquivo Nacional

BANTU – Arquivo Digital de Cultura Bantu

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRM – Constituição da República de Moçambique

FGV – Fundação Getulio Vargas

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

ICA – Conselho Internacional de Arquivos (*International Council on Archives*)

IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
(*International Federation of Library Associations and Institutions*)

LAI – Lei de Acesso à Informação

LDI – Lei de Direito à Informação

ONU – Organização das Nações Unidas

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE TABELAS	v
SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problematização	3
1.2. Justificativa	4
1.3. Objectivos.....	5
2. QUADRO TEÓRICO — CONCEPTUAL.....	6
2.1. Memória	6
2.2. Preservação da Memória	7
2.3. Memória e História	9
2.4. Preservação da Memória e História de Moçambique.....	10
2.5. Arquivo e Memória da Nação de Moçambique.....	12
2.6. Património Arquivístico	14
2.7. Memória e Património arquivístico.....	16
2.8. Acesso a Informação e Democratização da Memória	18
3. METODOLOGIA.....	21
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	23
4.1. Descrição do local do estudo.....	23
4.1.1. Origem e Evolução do Arquivo Histórico de Moçambique.....	23
4.2. Síntese das Categorias de Análise dos Resultados	27
4.2.1. Preservação da Memória Histórica Nacional	27
4.2.2. Representação de Momentos Históricos no Arquivo	28
4.2.3. O Papel da Instituição Arquivística no Reforço da Identidade Nacional ...	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6. REFÊNCIAS.....	33

I. INTRODUÇÃO

Desde os antigos tijolos de argila até às modernas mídias digitais, a evolução dos suportes de registo reflecte a necessidade contínua de preservar as actividades humanas. Esta prática, inerentemente ao desenvolvimento das sociedades, não só garante a fixação das acções realizadas, como também assegura a produção e a transmissão da informação — elemento vital para a compreensão dos acontecimentos e para fundamentar a tomada de decisões em qualquer domínio da vida humana (Santos, 2006).

A memória é um elemento fundamental para o trabalho do arquivista, pois a sua preservação e disseminação da experiência colectiva são essenciais para manter o património documental. Isso permite que as gerações futuras conheçam o passado, garantindo a continuidade do conhecimento e das tradições.

A temática proposta nesta pesquisa é ainda pouco explorada sob o ponto de vista apresentado. De modo geral, os estudiosos têm tratado a natureza e a cultura como elementos interdependentes e inseparáveis. Essa abordagem reflecte a sociedade actual, onde cresce a preocupação com a qualidade de vida e, conseqüentemente, a necessidade de proteger não apenas o meio ambiente natural, mas também o construído ou alterado pela acção humana. Dessa forma, preservam-se a memória e os valores culturais, assegurando sua transmissão às futuras gerações.

O pressuposto desta pesquisa é a indispensabilidade de repensar o património, congregando cultura, identidade e memória. Isso se justifica pelo facto de que a cultura nacional é a principal fonte da memória, legitimando a salvaguarda do património cultural, que é um campo de conflito entre identidades. Tal reflexão é importante para entender o que se deseja preservar, a importância dessa protecção e, em caso de danos, como intervir para impedir e responsabilizar as acções lesivas.

Stuart Hall (2006, p. 47-48) destaca que a cultura nacional, da qual o sujeito se origina, é "uma das principais fontes da identidade cultural". Ele observa que as identidades nacionais não são inactas, mas formadas e transformadas por meio da representação. Segundo Hall, saber-se nacional de um país depende de como essa nacionalidade é representada, através de uma reunião de significados pela cultura do país.

Hall (2006, p. 49) elucida que a nação não é apenas uma entidade política, mas também um produtor de sentidos, um sistema de representação cultural. Nesse sistema, os indivíduos não são apenas cidadãos, mas actores que participam da ideia de nação

conforme representada em sua cultura nacional. Ele define a nação como uma "comunidade simbólica", onde a cultura desempenha um papel central na formação da identidade coletiva.

Essa abordagem torna-se essencial ao analisar o papel do património arquivístico na construção da memória, sobretudo no contexto do Arquivo Histórico de Moçambique. Compreender a interligação entre património e memória é crucial para garantir a preservação do acervo documental e assegurar que as futuras gerações tenham acesso a uma narrativa histórica que não só retrata o passado, mas também dá sentido à cultura e à identidade colectiva do povo moçambicano.

O património arquivístico, ao se estabelecer como guardião da memória social, ultrapassa a função administrativa dos arquivos e assume um papel estratégico na formação da consciência histórica e cultural do país.

1.1. Problemática

A relação entre o património arquivístico e a construção da memória é repleta de questões complexas e desafiadoras. Primeiramente, a selecção das memórias a serem preservadas nos arquivos levanta a problemática da representatividade e inclusão de diferentes perspectivas históricas. Além disso, o poder político e ideológico influencia na construção desses arquivos ditando como e quais memórias devem ser acessíveis para a sociedade, moldando a narrativa oficial da identidade nacional e, frequentemente, marginalizando certos grupos ou eventos históricos.

Nesse contexto, observamos esforços de (re) construção da memória tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado. Estes esforços se manifestam na forma de projectos de memória ou em centros de memória, sugerindo a necessidade de instituir lugares de memória. Entretanto, a existência desses lugares pode ser vista como um sintoma da construção da Modernidade, marcada pela aceleração do tempo, crescente industrialização e valorização do individualismo nas sociedades modernas. Como bem colocado, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (Nora, 1993).

Além disso, a memória está intrinsecamente ligada ao património. Trabalhar com património envolve mais do que a materialidade de objectos seleccionados, incluindo documentos. Implica também a construção de valores percebidos sobre tais objectos.

O conceito moderno de património foi inicialmente concebido sob valores históricos e artísticos. O processo de tornar o património próprio, associado a esses valores, estava fundamentado na visão da História como reconstrução objectiva do passado e subsidiária da ideia de Estado-nação.

Aliás, frequentemente, esse processo também estava relacionado à noção de monumento histórico, focado mais na construção de um saber histórico do que propriamente com intenções memoriais. Normalmente, esses patrimónios eram controlados e monitorizados pelo Estado, com o objectivo de definir o que é considerado símbolo nacional.

Segundo Nharreluga (2014) o AHM enquanto instituição arquivística na construção da informação e memória tinha como objectivo aquando da sua criação em 1934, pela Portaria nº 2.267, de 27 de Junho, de reunir, num arquivo único, os muitos e importantes documentos existentes nos vários arquivos da Colônia que interessam à constituição de um arquivo histórico de Moçambique (...) e organizar (...) uma colecção bibliográfica sobre Moçambique”.

Nharreluga (2014) ainda afirma que, o AHM na sua estruturação como acervo único arquivístico em Moçambique desde a década de 30 até a sua independência, foi conotado com a necessidade de preservar a memória e tradição do povo moçambicano, mesmo tendo dificuldade financeiras para abranger na totalidade os seus objectivos. Nesta vertente, a constituição do AHM, bem como o desenvolvimento da prática arquivística em Moçambique reflecte as necessidades da sociedade, considerando as funções do Estado e a centralidade do poder.

Assim, o património arquivístico na construção da memória, especialmente no contexto do AHM, reflecte desafios contínuos de representatividade, influência política e a necessidade de adaptação às dinâmicas sociais e históricas. Com essa explanação levamos a cabo a seguinte questão de partida: *como o património arquivístico contribui para a formação e preservação da memória, especialmente ao reflectir sobre a história e cultura de Moçambique através do Arquivo Histórico de Moçambique?*

1.2. Justificativa

O património arquivístico é crucial na preservação e construção da memória. Especificamente no contexto do AHM, a reflexão sobre esses elementos pode oferecer informações valiosas sobre a história, cultura e identidade do povo moçambicano. Ao conservar documentos e registos históricos, o arquivo não apenas mantém viva a memória colectiva da nação, mas também ajuda a solidificar a identidade cultural e nacional.

A memória, representada pelos documentos arquivísticos, serve como um registo tangível do passado, permitindo que as gerações actuais e futuras tenham acesso às experiências, eventos e narrativas que moldaram a sociedade moçambicana. Esses registos documentam factos históricos e capturam nuances culturais, políticas e sociais essenciais para a compreensão do povo moçambicano.

Ao acessar e analisar esses documentos, a sociedade moçambicana pode conhecer e se conectar com suas raízes, tradições e valores compartilhados, fortalecendo o sentimento de pertencimento e solidariedade entre os moçambicanos, promovendo uma maior coesão social e cultural.

A escolha do tema “o património arquivístico na construção memória: uma reflexão a partir do arquivo histórico de moçambique” justifica-se pelo interesse suscitado durante o processo curricular, levando à necessidade de investigá-lo para uma melhor compreensão

deste fenómeno. Surge da necessidade de aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo da jornada de estudo.

A escolha do tema também foi motivada pela observação de problemas relacionados à falta de valorização do património arquivístico nas instituições públicas e privadas. A ausência de preservação do património arquivístico afecta o desempenho na disseminação da informação e, consequentemente, impede o alcance dos objectivos organizacionais. Portanto, este estudo pretende contribuir para a disseminação do conhecimento sobre o património arquivístico e a memória, aumentando a compreensão sobre como o AHM está lidando com esta questão.

Portanto, a reflexão sobre o papel do património arquivístico na construção da memória de Moçambique não apenas enriquece nosso entendimento da história do país, mas também destaca a importância de preservar e valorizar esses registos como uma parte fundamental da herança cultural e social de uma nação.

1.3. Objectivos

Objectivo Geral

Avaliar o papel do património arquivístico na formação e preservação da memória, com enfoque no Arquivo Histórico de Moçambique.

Objectivos específicos

- Identificar o papel do património arquivístico na formação e preservação da memória no AHM;
- Descrever o processo de construção e organização do AHM, destacando os elementos que reflectem a memória do país;
- Analisar o impacto da preservação da memória na compreensão da história de Moçambique.

II. QUADRO TEÓRICO — CONCEPTUAL

Neste capítulo apresentamos o quadro teórico — conceptual que tem como objectivo principal relacionar conceitos, teorias e estudos referente ao tema, fornecendo uma base teórica para a compreensão e análise do problema em questão. A partir da seleção e análise de fontes relevantes, busca-se assim estabelecer um panorama sobre as pesquisas já realizadas, identificando lacunas no conhecimento e justificar a importância deste estudo.

Desta forma, esta secção aborda sobre o Património arquivístico, Memória e Preservação Documental, trazendo contribuições de diferentes autores e perspectivas. O quadro teórico — conceptual também permite a construção de um delineamento teórico que fundamentará a metodologia e a análise de dados, garantindo rigor académico e científico ao estudo.

2.1. Memória

É crucial entender a memória como um fenómeno que reformula o passado no presente. Para Bergson (1990), “ela prolonga o passado no presente” dito de outra forma, é a partir do presente que surge o estímulo ao qual a lembrança responde, ganhando vida através dos elementos sensórios-motores da acção presente.

Assim, em Bergson, (1999) a lembrança se define como “a representação de um objecto ausente”. Em outras palavras, o autor nos fala que a memória, quase inseparável da percepção, integra o passado no presente, condensando múltiplos momentos da duração em uma única intuição, permitindo que percebamos a matéria em nós, embora a percebamos externamente.

Além disso, Bergson (1999) destaca que a principal função da memória é evocar todas as percepções passadas semelhantes a uma percepção presente, lembrando do que ocorreu antes e depois, sugerindo assim a decisão mais apropriada. Portanto, “nossa memória escolhe sucessivamente diversas imagens análogas que lança na direcção da percepção nova”.

Explorar o tema da memória abrange abordagens históricas, psicológicas e filosóficas, entre outras. Desde os primórdios, a sociedade tem buscado preservar sua história, inicialmente de forma oral, depois com inscrições rupestres em cavernas, registos

escritos, a revolução tecnológica de 1450 com a prensa de Gutenberg, a explosão documental e, actualmente, o ciberespaço. A informação tem sido a matéria-prima essencial ao longo dessa trajectória.

Com a evolução da agricultura e do comércio, a escrita tornou-se fundamental para a organização social, registando compromissos, controlando negócios e facilitando a comunicação. Registo como cartas, relatórios e livros tornaram-se fontes de informação e consulta.

Levy (2006) afirma que esses registos (calendários, datas, anais), ao estabelecerem referências fixas, possibilitaram o surgimento da história. Barreto (1994) associa a informação ao conceito de ordem e redução de incertezas. Contudo, o aspecto mais relevante para este estudo é identificar que, diante da necessidade de lembrar eventos passados para tomar decisões presentes e futuras, a sociedade transformou registos em informação.

Barreto reforça essa ideia ao afirmar que a informação sintoniza o mundo, participando na evolução e revolução do homem em direcção à sua história. A informação orienta o homem ao seu destino, desde antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua vida pela capacidade de elaborar a informação para traçar sua trajectória individual no espaço e no tempo (Barreto, 1994).

Le Goff, em “História e Memória”, destaca indirectamente a importância de valorizar a informação do presente e do passado como forma de Registo, utilizando a memória. Ele explica que a memória, como capacidade de conservar certas informações, nos remete a um conjunto de funções psíquicas que permitem ao homem actualizar impressões ou informações passadas, ou aquilo que ele representa como passado (Le Goff, 1990).

Portanto, a memória desempenha um papel essencial na construção do património arquivístico, servindo como uma ponte entre o passado e o presente, crucial para a preservação da história e para a orientação das acções futuras, reflectindo significativamente no trabalho do Arquivo Histórico de Moçambique.

2.2. Preservação da Memória

A preservação da memória é uma tarefa fundamental no âmbito documental. Cassares (2000) define a preservação como “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem directa ou indirectamente para a

integridade dos materiais”. Além disso, Christo (2006) amplia este conceito ao incluir técnicas e métodos que visam conservar documentos de arquivos, bem como as informações neles contidos, abrangendo também actividades financeiras e administrativas, equipamentos, condições de armazenamento e formação de pessoal.

No entanto, Maia (1997) apresenta a preservação como “um conceito genérico que compreende qualquer acção do Estado (Governo e sociedade), dirigida à protecção e conservação dos seus valores culturais”. Bellotto e Camargo (1996) oferecem uma definição concisa: "Preservação: função arquivística destinada a assegurar as actividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos". Esta abordagem destaca a importância da preservação para a integridade dos acervos documentais. Contudo, Bertolotti (2002) alerta que “o que acontece na maioria das nossas instituições que possuem documentos de memória, sejam elas públicas ou privadas, é que só em situações extremas, quase de catástrofe, se começa a pensar em um trabalho de preservação dos documentos”.

A preservação da memória não é apenas uma preocupação moderna. Araújo e Lima (2007) apontam que os primeiros humanos registavam seu quotidiano nas paredes das cavernas. Com a evolução da linguagem e a invenção da escrita, essas informações passaram a ser preservadas em artefactos informacionais, principalmente no papel. Assim, os arquivos assumiram um papel crucial na preservação desses artefactos.

Ferreira (2006) enfatiza que “a preservação desses artefactos permite às gerações futuras compreender e contextualizar a história e a cultura dos seus povos”. Neste contexto, os arquivos são fundamentais na preservação e longevidade desses registos.

Além de serem guardiões do património documental e cultural, as unidades de informação têm a responsabilidade de disseminar as informações que guardam, como afirmam Rufin (2010). Esta disseminação é essencial para que as organizações mantenham sua importância e legitimidade no contexto social.

Manini e Marques (2007) expandem o conceito de unidades de informação, incluindo todas as organizações dedicadas à preservação de registos informacionais, sejam arquivos, centros de documentação ou outros órgãos destinados à gestão de informações, independentemente do seu objectivo académico, cultural ou empresarial. O essencial é a preservação e disseminação da informação.

Para garantir essa preservação, Gagete e Totini (2004) destacam que as unidades de informação desenvolvem políticas sistemáticas para o tratamento técnico da informação, que incluem actividades de avaliação, conservação, tratamento técnico e serviços de disseminação das informações. Dessa forma, o Arquivo Histórico de Moçambique, assim como outras instituições similares, desempenha um papel vital na construção e preservação do património arquivístico, assegurando que a memória colectiva seja mantida viva e acessível para as futuras gerações.

2.3. Memória e História

A distinção entre memória e história é um tema que suscita muita discussão, revelando diferenças significativas entre esses conceitos. No senso comum, ambos são frequentemente confundidos, sendo tratados como sinónimos. Quando as pessoas narram seu passado, costumam falar de memórias de infância, momentos felizes e frustrações, acreditando estar apresentando sua história de maneira ordenada. Da mesma forma, a memória nacional é frequentemente invocada como se fosse a história de uma nação. No entanto, memória e história são conceitos distintos.

A memória constrói uma linha recta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas e contraditórias, sem crítica às fontes. Ela é “um fenómeno sempre actual, um elo vivido no eterno presente” (Nora, 1993), reafirmando um passado de riquezas e antecipando um futuro cheio de potencialidades. A história, por outro lado, “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993). Diferente da memória, a história busca uma representação crítica do passado, problematizando e criticando as fontes.

Segundo (Thomson, 1997) o estudo da memória teve suas origens na Antropologia e Sociologia, sendo posteriormente incorporado pela História. Os historiadores contemporâneos têm mais interesse na origem e no surgimento da memória do que nas lembranças em si.

A memória abriga o passado e o presente, servindo como um arcabouço de possibilidades e significados, trazendo o passado à tona através das experiências actuais. Para Reis (2010), a memória é fragmentada e selectiva, recuperando pequenos fragmentos do passado que projectam identidades e opiniões no presente.

Memória e história estão interligadas, com o passado sendo revisitado pelo presente, que molda as memórias conforme novas vivências surgem. Rousso (2006, p.94) observa que a

memória representa “a presença do passado”. A memória é uma representação selectiva e socialmente contextualizada do passado, enquanto a história busca compreender esses processos temporais e presentificar a memória.

Compreender a relação entre memória e História requer uma conexão entre as dimensões temporais. A memória é simultaneamente individual e colectiva, temporal e atemporal, necessitando dos suportes da história para se legitimar. Marc Bloch argumenta que é essencial conhecer o presente para entender o passado, unindo assim memória e tempo no fluxo da História. A memória, sendo um registo, é selectiva e dinâmica, modificando-se constantemente com novas experiências e significados (Bloch, 2011).

Portanto, a memória é um sistema complexo que abarca identidades individuais e colectivas, reflectindo as experiências sociais dos sujeitos. Ela é um repositório de experiências que, ao serem rememoradas, são moldadas pelo contexto presente. Memória e história se complementam e se nutrem mutuamente, com a memória servindo como matéria-prima para a história. A história, ao criticar e interpretar o passado, oferece uma visão mais completa e crítica, contrastando com a memória, que tende a ser positiva e acrítica (Delgado, 2011, p. 45).

Neste contexto, reflectir sobre a memória na construção do património arquivístico, especialmente no Arquivo Histórico de Moçambique, é essencial. A preservação e análise crítica da memória contribuem para a formação de identidades e a compreensão do passado moçambicano. Assim, história e memória, ao interagirem, permitem uma análise mais profunda e significativa do património cultural e histórico do país.

2.4. Preservação da Memória e História de Moçambique

A preservação da memória e da história em Moçambique é um tema intrinsecamente ligado à construção da identidade coletiva e ao património cultural do país. Quando se discute memória e história, percebe-se uma linha tenue que as conecta, embora não sejam sinónimos.

Nora (1993, p. 9) explica que “a memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna objectiva”, sugerindo que uma pode até se opor à outra. A memória é fundamental para a identidade, como destacam Machado e Rodrigues (2010, p. 23), que “A memória constitui um factor de identificação humana; é a marca ou sinal de sua cultura. É ela que nos distancia ou que nos aproxima.” Le Goff (1990, p. 250) também

ressalta que a memória é essencial para a identidade, seja individual ou coletiva, e que a memória coletiva é tanto um instrumento quanto um objecto de poder.

Entender a memória sem considerar a identidade é quase impossível. SCARPIM & TREVISAN (2018, p. 52) reforçam que “para a memória colectiva é fundamental a presença do sentimento de identidade.” A memória é sempre actual e pode ser evocada a qualquer momento, vivida no presente e alimentada por lembranças vagas, criando um sentimento de pertencimento e identidade (Machado e Rodrigues, 2010, p. 23).

A memória pode ser vista como um acúmulo de informações que os indivíduos retêm ao longo da vida. Le Goff (1990) argumenta que apenas os humanos têm a capacidade de conservar informações e recuperá-las, actualizando suas experiências passadas no presente. A cultura também desempenha um papel crucial na preservação da memória, sendo o resultado das experiências acumuladas por gerações anteriores e compreendida como cultura (Laraia, 2001).

Halbwachs (1990) distingue entre memória individual e coletiva. A memória individual é a forma como cada pessoa processa suas experiências, enquanto a memória colectiva envolve informações compartilhadas que constroem e consolidam identidades de grupos sociais. Quando a memória colectiva é transformada em escrita, ela se torna história, tornando-se uma reconstrução incompleta da memória.

Silva (2002, p. 23) afirma que, embora haja distinção entre memória e história, elas são inseparáveis, pois a história resgata o passado social e encontra paralelos na memória de cada indivíduo.

A preservação da memória em Moçambique tem uma história rica e complexa. A cultura serviu como um veículo de reafirmação da identidade moçambicana e de protesto contra a dominação colonial, sendo essencial na luta de libertação nacional. Após a independência em 1975, a valorização da cultura foi fundamental para a unidade nacional e a identidade colectiva (Omar, 2013).

Em 1982, Moçambique ratificou a Convenção da UNESCO de 1972 para a proteção do património cultural. Entre 1978 e 1982, iniciou-se em Moçambique um projecto de organização de documentos culturais que resultou na criação do Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC) em 1983, com o objectivo de pesquisar, arquivar, conservar e divulgar a cultura moçambicana.

Em suma, a memória para património arquivístico de Moçambique, é um processo dinâmico e contínuo que envolve a preservação e valorização das experiências passadas, tanto individuais quanto colectivas, para a formação de uma identidade nacional robusta e coesa.

2.5. Arquivo e Memória da Nação de Moçambique

A memória utilizada na Arquivística transcende o relato social, pois o arquivo é um repositório de registos documentais que carregam traços culturais cruciais para a construção da identidade de uma sociedade. Assim, o arquivista desempenha a função de “resgatador” da memória, sendo o protagonista na preservação dos registos de um povo (Silva; Pinheiro; Fragoso, 2020).

O arquivista é visto como agente da história, responsável por formar e organizar a herança cultural de uma comunidade. Segundo Silva et al. (2020, p. 103), a arquivística pós-moderna assumiu uma visão macro, transcendendo a mera conservação, selecção e acessibilidade do património documental, abrangendo também o património, identidade, verdade e poder, através de análises ligadas ao dever de memória contra o esquecimento.

Embora memória e história sejam termos distintos, ambos compartilham elementos como contextualidade e continuidade, tendo o passado como foco central. De acordo com Silva et al. (2020, p. 104), “a memória procura preservar o passado para garantir o presente e o futuro, e desse aspecto da memória que a história se alimenta e cresce”.

Os arquivos, mesmo não sendo criados com fins de memória, acabam cumprindo essa função ao registar informações do passado, relatando a história de um povo. A Arquivística tem um papel activo na construção da memória social, visto que o arquivo é a memória cultural de um povo (Silva; Pinheiro; Fragoso, 2020).

Silva, Pinheiro e Fragoso (2020, p. 107) destacam que os arquivos são fontes potenciais para a consciência social nas relações interpessoais, sendo fundamentais para o direito de lembrar, provar e conhecer a produção de um contexto social.

Desde os primórdios, os arquivos têm sido fundamentais para a preservação da memória, registando informações essenciais para a administração e a execução de actividades. Lodolini (1989, p. 34) explica que o registo de acções advém da necessidade humana de conservar informações importantes: “Desde a mais alta antiguidade o homem sentiu

necessidade de conservar a sua própria ‘memória’, primeiro sob a forma oral, depois sob a forma de grafite e de desenhos, e, finalmente, graças a um sistema codificado”.

Com a Revolução Francesa, houve uma nova fase na administração e concepção de arquivos, com a nacionalização dos bens das classes dominantes e a incorporação de arquivos privados aos depósitos do Estado, formando os “Archives Nationales”, (Ribeiro, 2003, p. 27).

Posner (1964) cita que a revolução trouxe a responsabilidade do Estado em preservar a documentação antiga e a acessibilidade dos documentos para a população em geral.

A centralização de documentos nos Arquivos Nacional e Departamental na França foi replicada em outros países europeus dominados por Napoleão, promovendo a criação de arquivos que incluíam documentos oficiais e religiosos. A abertura dos arquivos ao público foi impulsionada pelo desejo de consulta para fins judiciais e legais, transformando o acesso de um favor para um direito (Mundet, 1994).

No século XIX, o nacionalismo fez dos arquivos laboratórios para a pesquisa histórica. Posner (1964, p. 66) observa que os povos dominados pela França começaram a valorizar a história nacional, usando documentos de arquivo para construir uma identidade nacional. Nora (1993) ressalta que os lugares de memória surgem quando o homem não consegue preservar suas experiências integralmente, e os arquivos, bibliotecas e museus são necessários para preencher essas lacunas. Segundo Nora (1993, p. 13), esses lugares perpetuam a memória, a história e a identidade ao longo do tempo.

O arquivo, como lugar de memória, reflecte seu contexto temporal e responde às demandas sociais. A memória é constituída em arquivos permanentes ou históricos, onde se encontram documentos de relevância sociocultural. Esses documentos reflectem a sociedade e a época, formando um manancial de memória disponível para consulta.

Além disso, o arquivo se difere de outros lugares de memória pela natureza de sua documentação. Enquanto as bibliotecas e museus seleccionam subjectivamente, os arquivos contêm registos dos acontecimentos. Portanto, os documentos de arquivo são fontes primordiais para estudos de memória, abrangendo diversas dimensões da realidade (Le-Goff, 1990, p. 547). Segundo Richter et al. (2004, p. 59), os documentos de arquivos espelham a instituição ou o titular produtor, revelando não apenas a memória de um povo, mas também sua identidade e discursos.

O discurso em torno da memória não depende exclusivamente dos arquivos, mas a existência de documentos legitimadores é crucial. O acesso aos acervos é vital para confirmar, refutar ou construir novos discursos sobre memória. Embora o documento de arquivo não seja a única fonte, ele é fundamental para compreender um fenómeno, sendo qualificado pelo cruzamento com outras fontes (fonte oral, arqueológica, biblioteconómica, museológica, literária, etc.).

Portanto, o arquivo não é apenas um lugar de guarda e preservação de discursos, mas também um espaço de produção de conhecimento. Nora (1993) afirma que os lugares de memória são de "duplo sentido", sendo tanto fechados para preservar a memória quanto abertos a significações imensuráveis. Essa resistência dos lugares de memória contraria a ideia do fim da história e das interações simbólicas.

2.6. Património Arquivístico

Embora os documentos de arquivo sejam hoje reconhecidos como património cultural, eles não possuem o mesmo apelo que os monumentos de obras de arte. Isso ocorre porque os arquivos são frequentemente valorizados por sua informação administrativa e histórica, muitas vezes ligados aos trâmites burocráticos e jurídico-legais, ou tratados apenas como memórias auxiliares à gestão e consolidação governamental.

Essencialmente, os documentos de arquivo ainda são evidências de factos, fenómenos ou actividades humanas, mesmo que, na segunda metade do século XX, tenham sido agregados novos atributos qualificativos enquanto património cultural.

Os reflexos das instituições de memória resultaram na atribuição de novos valores aos acervos arquivísticos. Essa mudança de perspectiva teve origem em dois grandes movimentos do final do século XIX, que ampliaram os limites do conceito de património cultural e modificaram a potencialidade de uso dos arquivos nas políticas culturais do século XX. Primeiro, a utilização da informação em todos os níveis, ultrapassando seu carácter puramente administrativo e histórico. Segundo, a crítica à história positivista, que favoreceu o uso de outras fontes informativas (Le Goff, 1984, p. 96).

Esses movimentos contribuíram para o crescimento exponencial das novas formas de registo da memória individual e colectiva, bem como para a ampliação do conceito de cultura pela Antropologia.

A constatação da finalidade dos suportes, o medo do esquecimento, o reforço de identidades e o desejo de lembrança foram elementos fundamentais nas práticas e teorias arquivísticas, exigindo a incorporação de conhecimentos de conservação na formação de profissionais da área.

Contudo, o tema do património arquivístico foi pouco explorado tanto na literatura de Conservação quanto na de Arquivologia, sendo valorizado apenas nas duas últimas décadas do século XX, quando documentos textuais, impressos, iconográficos, cartográficos, sonoros, audiovisuais e multimeios ganharam reconhecimento no contexto das acções de conservação do património cultural mundial, impulsionadas por organismos internacionais como a ONU e a UNESCO.

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, surge a primeira legislação europeia sobre protecção de acervos arquivísticos, ainda que com uma base teórica embrionária. Houve uma transição da perspectiva patrimonial-administrativa para a ênfase na perspectiva historicista-social, reflectindo-se nas práticas e na teoria da Arquivologia (Cook, 1997, p. 14, 28).

A Revolução Francesa marcou a primeira legislação de protecção de património cultural, fundamentada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, como parte de um processo político e cultural que impactou a Europa e a América (Silva, 2002, p. 100). Gagnon-Arguin (1998, p. 31) destacou que o novo uso político dos arquivos criou uma identidade nacional e garantiu o acesso livre à informação custodiada, uma missão importante dos governos.

No campo arquivístico, três realizações foram cruciais: a criação de uma administração nacional e independente dos arquivos, o estabelecimento do princípio de acesso público e o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos históricos (Schellenberg, 1974, p.5).

O surgimento do nacionalismo e do movimento Romântico conferiu valor testemunhal aos documentos, promovendo a pesquisa em fontes originais e o entendimento do contexto de sua produção (Gagnon-Arguin, 1998, p. 31). Na segunda metade do século XIX, os arquivos começaram a ser vistos como "laboratórios da história" e a Arquivologia emergiu como disciplina auxiliar, contribuindo para a construção da identidade nacional (Silva, 2002, p. 114 e 216).

O método histórico agregou novas perspectivas à Arquivística, reforçando o papel dos arquivos como construtores de memória, não apenas para uso imediato, mas também para o futuro (Gagnon-Arguin, 1998, p. 34). Assim, as práticas arquivísticas do final do século XIX incorporaram as relações do passado, presente e futuro, culminando na segunda metade do século XX com o reconhecimento dos arquivos como parte integrante do património cultural da humanidade.

A idealização do conceito de património cultural começou com a protecção de bens materiais que recordassem acontecimentos passados e criassem uma consciência de património nacional, especialmente após a Revolução Francesa de 1789. Ao longo do tempo, esse conceito se transformou e amadureceu, expandindo-se para incluir bens imateriais e um conjunto crescente de bens culturais. Essas transformações são evidentes nas acções de protecção do património cultural, contidas em cartas, convenções e resoluções internacionais, bem como nas intervenções práticas e marcos legais específicos de cada país.

A compreensão do arquivo como património cultural levou ao desenvolvimento das noções de património documental e património arquivístico. Este último possui um conjunto teórico e prático que o identifica, organiza, protege e torna acessível. No campo arquivístico, há uma pluralidade de termos para se referirem ao património composto por documentos arquivísticos, gerando um certo nível de ambiguidade terminológica (Duchemin, 2007).

Autores como Duarte (2013, p. 99), Hannesch (2013) e Macedo (2015) apontam para a falta de aprofundamento teórico-conceitual na temática do património arquivístico. Portanto, tende-se a reconhecer o património arquivístico como uma noção, pois "noções dizem respeito aos elementos de uma teoria que ainda não possuem clareza suficiente para alcançar o nível de conceito e são usados como 'imagens' para explicações aproximadas do real" enquanto "conceitos são unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria" (Sousa, 2010, p. 176).

2.7. Memória e Património arquivístico

Ao discutir a preservação da memória e do património arquivístico, é essencial entender a complexa relação entre memória e história. Poulot (2009, p. 31) observa que o património cultural ocupa uma posição central na instituição da cultura, promovendo uma ética de precaução e proveito. Ele também afirma que qualquer tipo de património tem o

objectivo de encarnar uma identidade em diversas obras ou locais, o que implica um desafio na perpetuação dessa memória, dependendo da abordagem adotada: como território, símbolo ou estética (Poulot, 2009, p. 40).

Ao tratar da ligação entre memória e valorização, Ferreira (2006, p. 103-104) destaca que o importante não é apenas o passado em si, mas o uso desse passado na construção de um futuro. Essa visão projecta o passado reinterpretado e reinventado para criar um horizonte futuro, evidenciando uma complexa interconexão entre recordar e imaginar o devir.

Candau (2011, p. 159) descreve que a valorização do passado, muitas vezes venerado por aqueles que percebem suas origens como menos firmes, contribui para a entusiasmo patrimonial. Ele observa que o património fragmenta memórias e identidades cada vez mais particulares e grupais, resultando em museus locais que tentam criar uma identidade colectiva regional pela encenação do passado no presente (Candau, 2011, p. 160-161).

Nesse contexto, a preservação do património, como política pública democrática, implica que quem decide o património a ser salvaguardado, e a memória resultante, solidifica as representações sociais, definidas como informações, imagens e atitudes que constroem a realidade comum e forjam o modelo social (Dantas, 2008, p. 141).

Costa e Castro (2008, p. 127-128) complementam essa ideia ao observar que memórias de grupos locais, que antes sustentavam um estilo de vida regional, agora são consideradas património cultural da nação.

A memória, frequentemente associada a termos como resgate, preservação e registro, é vista tanto como um dado a ser arqueologizado quanto como um processo social. Nora (1993, p. 15) destaca que a verdadeira memória, transformada pela história, dá lugar a uma memória arquivística, constituída por um grande stock material do que não se pode lembrar. No século XIX, no contexto do Estado Nacional, surgem concepções de memória e invenção de tradições que reservam um passado comum para os membros da nação.

Menezes (1992, p. 189) explica que a construção desse património pressupõe valores que orientam políticas públicas, atribuindo qualificativos a registros documentais. Esses valores são historicamente produzidos, circulados, consumidos e descartados, referindo-se a dimensões cognitivas, formais, afectivas e pragmáticas. Como tal, o património é político por natureza (Menezes, 1992, p. 191).

Os patrimónios culturais, como expressões da nação, podem ser vistos como construções imaginários sem fundamento necessário na história ou sociedade. Jeudy (1990) observa o esvaziamento conceitual de termos como património e memória colectiva, mas adverte que a equivalência metafórica entre ambos ainda precisa ser conquistada. O património não é o depósito da memória e pode, na verdade, ser um obstáculo ao movimento da memória (Jeudy, 1990, p. 13).

Essas considerações levam à singularidade da informação arquivística e aos termos em que é avaliada e selecionada. A informação arquivística, ao tornar-se menos utilizada, pode ser eliminada ou conservada temporariamente, dependendo do seu uso potencial e valor permanente. Segundo a UNESCO, apenas 10% dos documentos produzidos chegam aos arquivos permanentes após um processo rigoroso de avaliação e seleção.

Esses documentos são mantidos por instituições arquivísticas públicas tanto para pesquisa científica quanto como testemunho das acções do Estado e garantia dos direitos dos cidadãos, legitimando-se no discurso da preservação do património histórico e democratização da memória nacional.

2.8. Acesso a Informação e Democratização da Memória

A importância da informação no processo comunicacional é destacada por Melo (1998, p. 60), ao afirmar que a comunicação constitui um processo cujo elemento fundamental é precisamente a informação. Esta, por ser o conteúdo a ser partilhado, torna-se o objecto central da comunicação. Assim, sem informação, não há comunicação possível. Neste sentido, Pagliarini e Agostini (2009) sublinham a estreita relação entre o direito à informação e a democracia. Segundo os autores, quando a informação é valorizada, a democracia fortalece-se; no entanto, quando é controlada ou manipulada, esta sofre um ataque directo.

A informação, portanto, assume um papel vital na sustentação de sistemas democráticos. A esse respeito, Sardenberg (2000, p. 5) defende que a informação é um insumo essencial para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas eficazes e eficientes. Na era digital, o Governo deve promover o acesso universal à informação através de meios electrónicos, assegurando assim uma administração pública transparente e eficiente em todos os níveis.

Relativamente à gestão documental, Bernardes e Delatorre (2008, p. 49) abordam a importância da definição de prazos de guarda, do destino e da localização física dos

documentos. Tal organização permite evitar o "acúmulo desordenado de documentos nos arquivos", favorecendo não só a eliminação dos que já não são necessários, mas também a conservação adequada do acervo e a optimização do espaço físico disponível.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), por sua vez, não se limita a garantir a transparência; ela também provoca uma reflexão crítica da sociedade sobre os governantes actuais e passados. O acesso à informação é reconhecido, a nível internacional, como um direito humano fundamental, intrinsecamente ligado à liberdade de expressão e, por conseguinte, à democracia enquanto regime político. O acesso a fontes íntegras e diversificadas de informação permite que os cidadãos formem juízos de valor mais amplos, fortalecendo o seu papel activo na vida democrática.

Dentro desse quadro legal, defende-se que a informação produzida e acumulada pelo sector público deve estar disponível à sociedade, salvo nas excepções legalmente previstas. Um dos princípios centrais da LAI é a “máxima divulgação”, onde a publicidade é a regra e o sigilo, a excepção. Neste contexto, a iniciativa do próprio Estado em divulgar dados contribui para a redução dos pedidos formais de acesso à informação, reforçando a ideia de que a posse dos documentos é do Estado, mas a titularidade da informação pública pertence ao povo, mesmo quando, temporariamente, esta se encontre sob sigilo.

Em Moçambique, a Lei do Direito à Informação (LDI) foi aprovada pela Lei n.º 34/2014, de 31 de Dezembro, e regulamentada pelo Decreto n.º 35/2015, de 31 de Dezembro. Esta legislação não se limita a regulamentar o direito à informação, mas também estabelece os limites do sigilo. O artigo 48.º, n.º 1 da Constituição da República de Moçambique consagra que “todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como ao direito à informação”, consolidando, assim, os pilares de uma sociedade democrática e participativa.

Neste contexto, a leitura participativa e consultiva do património remete-nos à sua democratização. Fonseca (1997) propõe que a responsabilidade pela preservação do património cultural não deve caber exclusivamente ao Estado ou às instituições preservacionistas. A autora defende que o envolvimento da sociedade civil é essencial nesse processo. Em qualquer perspectiva, a democratização do património exige a participação activa de diferentes actores sociais, sendo que o Estado deve actuar como mediador, promovendo o diálogo e o posicionamento das partes interessadas, o que nem sempre acontece (FONSECA, 1997, p. 74).

A gestão partilhada do património implica reconhecer que a sua legitimação se dá por meio da apropriação simbólica e cultural por parte da população. O património está vinculado à memória colectiva, à vivência quotidiana e às experiências sociais dos indivíduos e comunidades. Neste processo, o papel do Estado deve ser o de identificar essas memórias e promover o diálogo entre todos os envolvidos.

Sob uma perspectiva mais teórica, a memória é descrita por Halbwachs (2013) como uma construção mental que pode ser individual ou colectiva. Durkheim (1922) acrescenta que, no espaço social vivido, a memória representa a vida social, ou seja, as práticas, vivências e quotidiano dos indivíduos. Já Bergson (1999) aponta que a memória se manifesta sob a forma de imagens e lembranças, representando os acontecimentos da vida e os seus desdobramentos.

A esse respeito, Bosi (1994) salienta que a memória colectiva se desenvolve a partir dos laços de convivência. Enquanto Candau (2016) observa que a memória não se limita a um único território. Pelo contrário, ela está ligada a uma sucessão de usos e ocupações, manifestando-se por meio de referências, histórias, acontecimentos e pessoas que se conectam ao espaço e nele deixam as suas marcas.

III. METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, com o objectivo de explorar o papel do património arquivístico na construção da memória histórica do país, através da análise dos documentos arquivísticos. A escolha por um método qualitativo se justifica pela necessidade de compreender, de forma profunda e contextualizada, o impacto do património arquivístico na construção da memória colectiva e histórica. Como enfatizado por Silveira e Córdova (2009), as pesquisas qualitativas são apropriadas para estudar fenómenos complexos e dinâmicos que envolvem a realidade humana, os quais não podem ser quantificados facilmente.

Os dados utilizados para este estudo foram obtidos por meio da colecta de fontes secundárias, essencialmente através de uma pesquisa documental e revisão bibliográfica. A colecta de dados envolveu a análise de livros, artigos, dissertações e *sites* relacionados ao tema da memória histórica e património arquivístico. Como forma de garantir a relevância e a precisão da pesquisa, foi realizada uma busca na biblioteca digital Google Académico, utilizando descritores como “património arquivístico”, “memória histórica”, “Arquivo Histórico de Moçambique” e “preservação da memória”.

A partir dessa busca, foram inicialmente identificados 20 trabalhos relevantes, dos quais 12 foram seleccionados para a análise detalhada, com base na leitura de resumos e considerando a relevância de suas contribuições ao tema da pesquisa. Os trabalhos escolhidos foram publicados no período de 2001 a 2020, com os critérios de exclusão sendo os seguintes: trabalhos que não abordavam a temática em questão, os que não estavam disponíveis na íntegra e os publicados fora do intervalo de tempo estabelecido.

A análise de dados foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, uma técnica amplamente reconhecida por sua objectividade e sistematização, além de ser indicada para pesquisas qualitativas que exigem uma interpretação profunda do conteúdo dos dados. De acordo com Bardin (2016), essa técnica envolve procedimentos sistemáticos para descrever o conteúdo das mensagens e inferir sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens. O uso da análise de conteúdo foi pertinente neste estudo, pois possibilitou uma compreensão detalhada dos documentos arquivísticos, possibilitando uma interpretação sobre como esses documentos contribuem para a construção da memória histórica de Moçambique.

O processo de análise foi dividido em três etapas principais, conforme proposto por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Na pré-análise, foi realizada a leitura flutuante dos textos selecionados, com o intuito de ter uma visão geral do conteúdo. Nesta fase, também foi feita a formulação de indicadores, que ajudaram a orientar a análise mais aprofundada. Na exploração do material, procedeu-se à codificação dos dados, atribuindo categorias aos dados extraídos dos documentos. Esta fase também envolveu a criação de unidades de registos, que são palavras, frases ou temas recorrentes nos textos analisados, bem como unidades de contexto, que indicam o local e as condições em que as informações ou eventos ocorreram dentro dos documentos do AHM.

Na fase final de tratamento dos resultados e interpretação, foram organizadas as categorias de análise, com o objectivo de realizar inferências significativas sobre os dados. Essa etapa permitiu identificar as relações subjacentes entre os documentos do AHM e a memória histórica nacional, levando em consideração as implicações históricas, sociais e culturais que esses documentos representam para a construção da identidade de Moçambique. A interpretação final dos dados foi realizada à luz dos objectivos e questões de pesquisa, fornecendo uma compreensão profunda da contribuição do AHM para a preservação e disseminação da memória histórica de Moçambique.

De forma geral, os dados obtidos foram organizados e categorizados conforme os objectivos do estudo, com base nas questões centrais de pesquisa. Posteriormente, foram realizadas análises para identificar o conteúdo subjacente ao material colectado, enfoque nos aspectos que refletem a preservação da memória e o papel dos documentos arquivísticos. O objectivo foi analisar como os documentos arquivísticos do AHM contribuem para o entendimento da história de Moçambique, não apenas pelos conteúdos explícitos que carregam, mas também pelas mensagens e contextos que emergem de sua análise.

Ao final, todos os dados foram analisados à luz dos temas e dos objectivos estabelecidos para o estudo, proporcionando uma visão aprofundada dos resultados obtidos e suas implicações para a compreensão do património arquivístico e da construção da memória histórica nacional.

IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, é realizada a análise e discussão dos dados obtidos por meio da pesquisa documental e da revisão bibliográfica, com o objectivo de compreender a relação entre o património arquivístico e a construção da memória histórica de Moçambique. A análise se orienta pelas categorias emergentes nos seguintes temas: Preservação do Património Arquivístico, Construção da Memória Histórica, Acesso à Informação e Democratização da Memória, e Desafios Institucionais.

Cada uma dessas categorias é discutida à luz dos dados apresentados, com o intuito de evidenciar o papel do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) na preservação e disseminação da memória histórica do país. Desta feita, numa primeira instância é apresentado a descrição do local do estudo e posteriormente a síntese das categorias de análise de dados e por fim a análise dos resultados.

4.1. Descrição do local do estudo

4.1.1. Origem e Evolução do Arquivo Histórico de Moçambique

Neste capítulo são abordados a evolução histórica do AHM, desde a sua criação em 1934 até a actualidade segundo as perspectivas do Mangué (2015) e Nharreluga (2014). O processo de sua criação sofrera várias emendas ligadas a transformação da instituição sob algumas etapas, tais como: Criação do AHM e a Dependência da Repartição de Estatística (1934-1957); Dependência dos Serviços de Instrução (1957-1976); e Tutela do AHM pela Universidade Eduardo Mondlane - UEM (1976-2014).

- **Criação do AHM e a Dependência da Repartição de Estatística (1934-1957)**

Na década de 1920 com a implementação do Estado Novo em Portugal, houve a adopção do Acto Colonial e da Constituição Política de 1933. Esses eventos levaram à criação de um sistema técnico-administrativo colonial, e em 1934, através da portaria 2.267 do Governo-Geral da colónia de Moçambique, datada de 27 de Junho de 1934, foi instituído o AHM. A portaria reconhecia a falta de recursos para estabelecer uma biblioteca e um arquivo histórico na colónia e determinava a criação do AHM junto à Repartição de Estatística.

O objectivo era reunir em um único arquivo os documentos importantes espalhados por diversos arquivos da colónia, promovendo a publicação dos mais relevantes para o estudo

da história moçambicana. Contudo, igualmente com outras colónias portuguesas em África, Portugal procurou criar diversas instituições na década de 1930 para atender aos anseios culturais não explorados naquela época, como o Núcleo da Arte e Sociedade de Estudo. Sendo que, em Moçambique, devido a dispersão da documentação, houve a necessidade de criar o AHM para a publicação da “Revista Moçambique: Boletim Trimestral” (Mangue, 2015).

Nesse período, ainda sob a dependência da Repartição de Estatística, as funções do AHM foram especificadas e ampliadas pelo diploma legislativo nº 635 de 19 de Abril, do Governo-Geral da colónia. O AHM recebeu a tarefa de actuar tanto como instrumento de cultura histórica quanto como Arquivo do Governo da Colónia, com a missão de organizar uma seção de Biblioteca, de História, de Documentação e um Cartório Geral da Colónia.

- **Dependência dos Serviços de Instrução (1957-1976)**

A trajectória do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) evoluiu significativamente ao longo dos anos. Em 1957, o AHM foi transferido da Repartição de Estatística para o Serviço de Instrução onde permaneceu até a independência (Decreto-Lei nº 41.472 de 23 de Dezembro de 1957).

No ano seguinte à sua ligação aos Serviços de Instrução, as suas funções foram ampliadas sendo reconhecido com base no Decreto 42.030 de 18 de Dezembro de 1958, como Arquivo Geral da Colónia e Depósito Legal do Governo da Província de Moçambique. O mesmo dispositivo incumbiu a subordinação do Museu Histórico Militar da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição ao AHM (Mangue, 2015).

No mesmo ano foi transferido os privilégios de Depósito Legal para Biblioteca Nacional de Moçambique. Contudo, foi promulgado pelo Diploma Legislativo nº 90 de 21 de Agosto de 1971, que o AHM detém, apte hoje parte do Depósito Legal onde determina que todos os serviços provinciais do Estado e Autárquicos enviassem ao AHM dois exemplares de toda a publicação bibliográficas que tem lugar em Moçambique (Nharreluga, 2014).

- **Tutela do AHM pela Universidade Eduardo Mondlane UEM (1976-2014)**

Após o alcance da independência de Moçambique do domínio colonial português, o AHM é transferido, através do Decreto nº 26 de 17 de Julho de 1976, para a sua actual vinculação, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Onde, como primeira acção da

UEM, foi de capacitar e apoiar o AHM na criação de infra-estruturas próprias, melhorando o seu desenvolvimento e orientação científica, o que trouxe uma nova imagem ao arquivo.

Como segunda medida, a UEM ajudou na busca e recolha de toda documentação espalhada por todo o país e pela Europa para que fosse conduzida ao AHM e salva guardar aquilo que é a memória do país.

De salientar que, com a delegação do AHM para recolha de toda documentação colonial a todos os níveis da administração e do Governo, o AHM em 1983 propôs a UEM a criação de uma Licenciatura em História com especialidade em Documentação, em que foram formados um número não superior de 11 técnicos em documentação por volta de 1983 e 1985 (Mangue, 2015).

Desta feita, foi organizado um grupo de investigadores e técnicos de documentação juntamente com algumas empresas portuguesas de Microfilmagem para que realizassem a recolha da documentação dispersa na Europa, começando por Portugal, trazendo assim, grandes quantidades de documentos microfilmadas para a consulta no AHM.

Esta acção, suscitou mais tarde com a criação do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação com especialidade em Arquivística e Biblioteconomia pela UEM, em que tendo os primeiros licenciados na área de documentação o AHM passou a liderar a formação de quadros da área, e mais tarde foram enviados quatro funcionários ao Brasil para formação superior de arquivística (Mangue, 2015).

De referir que a partir de 1987 o AHM passou a ser detentora de um acervo arquivístico rico, onde conferia o acesso de consulta de pesquisa de pesquisadores públicos, publicando assim, varias séries em que se destacou o Boletim Arquivo.

Com o crescimento do acervo do AHM, conforme dito anteriormente, houve a necessidade de se mecanizar uma nova postura na área de documentação e informação. Dai que, em 1992 o AHM é atribuído a responsabilidade de Arquivo Nacional, pelo facto de coordenar o então Sistema Nacional de Arquivo (SNA), criado pelo decreto nº 33 de 26 de Outubro 1992. Onde, abrangia os arquivos centrais e correntes de diversos órgãos do Estado, buscando dar ênfase aos arquivos como instrumentos essenciais de preservação do património histórico e cultural de Moçambique, apoiando na tomada de decisão e no direito a cidadania.

A evolução do AHM, ficou bastante notória com o passar do tempo, embora a mesma apresentasse alguns desafios a quando da criação de suas infra-estruturas, pois carecia de edifícios apropriados, o que dificultava a preservação e bom desempenho na gestão do acervo sob a sua custódia. Nesta senda, houve a necessidade de mudança directiva e orgânica no AHM de 1999 a 2014, tocando também naquilo que é a estrutura física e orgânica do AHM e os demais elementos que compõem a mesma.

Após a independência nacional, em 1999 onde teve a primeira mudança directiva do AHM, em que se realizou um diagnóstico aprofundado tendo em conta aquilo que é a componente física, os edifícios e a questão do funcionamento do SNA, bem como rever a estrutura orgânica. Contudo, nesta acção directiva, pode-se perceber que o arquivo apresentava défices nos recursos humanos e na estrutura física, pela dificuldade de poder salvaguardar a documentação que lá continha.

O edifício estava degradado, apresentando infiltrações de água no seu interior possibilitando maiores dificuldades de trabalho para os funcionários afectos ao AHM, assim como para os utentes que lá iam a busca de informação.

O AHM carecia de meios para optar numa possível reabilitação dos edifícios ou mesmo para a construção de um edifício próprio e adequado. Daí que, a nova direcção da instituição optou por recorrer a ajudas internacionais como o arquivo nacional da Torre de Tombo, Biblioteca Nacional, Instituto de Livros e Bibliotecas e outros que ajudaram financiando o AHM com um valor aproximado de um milhão e com alguns trabalhos gratuitos.

A edificação do AHM levou seis anos, onde foram reabilitados os três edifícios, pois ainda que tenha tido ajuda diversa o fundo ainda não era suficiente para construir um edifício melhor para salvaguardar adequadamente os documentos. Desta feita foram somente reabilitados os edifícios já existentes, nomeadamente o edifício da Travessa de Varietá que agora funciona como sede do AHM, o edifício de Barracão que funciona parte do Departamento de Coleções Especiais e o edifício do Campus onde funcionam os Departamentos de Arquivo Permanente, Departamento de Arquivo Central da UEM e o Departamento de Tecnologias e Transferência de Suportes.

Levando a cabo a nova dinâmica do AHM, também houve a necessidade de se reorganizar a estrutura orgânica da instituição, pois antes só havia um Director sem adjunto e auxiliares que de uma certa forma abrangia a dificuldade de melhor controlo e

tratamento na preservação e transferência de suporte, uma vez que a secção de microfilmagem estava degradada e obsoleta dos seus equipamentos.

Este facto, exigiu que fosse estabelecido um plano de fortalecimento da área. De salientar que com esses desafios enfrentados pelo AHM, a necessidade de aumentar o quadro de pessoal foi crucial que até em 2014 houve o aumento significativo dos funcionários e na formação académica e técnica do pessoal.

4.2.Síntese das Categorias de Análise dos Resultados

Table 1: Síntese das Categorias de Análise dos Resultados

Categoria	Autores que sustentam	Ideias-base
Preservação da Memória Histórica Nacional	Brito (2005); Marques (2008); Santos (2006)	O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) tem um papel essencial na conservação de registos históricos, protegendo a memória colectiva e garantindo o acesso às fontes primárias da história nacional.
Representação de Momentos Históricos no Arquivo	Bardin (2016); Assmann (2011); Nora (1993)	Os arquivos são espaços de construção da memória social, onde diferentes perspectivas históricas são documentadas e analisadas, influenciando a interpretação dos eventos passados.
O Papel da Instituição Arquivística no Reforço da Identidade Nacional	Foucault (2001); Mangue (2015); Silveira & Córdova (2009)	Os arquivos não apenas armazenam informações, mas também ajudam na formação da identidade nacional ao definir quais narrativas serão preservadas e divulgadas para a sociedade.

4.2.1. Preservação da Memória Histórica Nacional

Os resultados demonstram que o AHM actua como um pilar essencial na conservação do património documental do país, garantindo o acesso contínuo às fontes primárias da história nacional. Brito (2005) e Marques (2008) destacam que a preservação de documentos históricos é um factor determinante para a construção da memória colectiva.

Santos (2006) reforça essa perspectiva ao argumentar que a manutenção desses registos permite o resgate da história nacional e a valorização da cultura moçambicana.

4.2.2. Representação de Momentos Históricos no Arquivo

A análise documental evidência que os arquivos não são apenas depósitos de informações, mas também espaços onde a história é continuamente reinterpretada. Segundo Bardin (2016), a organização e a categorização dos documentos influenciam a forma como os eventos passados são compreendidos. Assmann (2011) complementa essa visão ao sugerir que os arquivos desempenham um papel activo na formação da memória social. Além disso, Nora (1993) destaca que os arquivos funcionam como “lugares de memória”, registando diferentes versões da história que moldam a identidade colectiva.

4.2.3. O Papel da Instituição Arquivística no Reforço da Identidade Nacional

Os resultados evidenciam que o AHM contribui significativamente para a construção da identidade nacional ao seleccionar e divulgar informações que reflectem a trajectória histórica do país. Foucault (2001) aponta que o conhecimento arquivístico molda as narrativas históricas e influencia a percepção da sociedade sobre o passado. Mangué (2015) reforça essa ideia ao afirmar que os arquivos são agentes activos na definição da identidade colectiva. Silveira & Córdova (2009) acrescentam que, por meio do acesso aos documentos preservados, é possível fortalecer o senso de pertencimento e promover a valorização da cultura nacional.

4.3. Análise de dados

4.3.1. Preservação do Património Arquivístico

A preservação do património arquivístico é um aspecto fundamental para a manutenção da memória histórica e, portanto, para a construção de uma narrativa coesa sobre o passado de Moçambique. O AHM, como um dos principais responsáveis pela guarda e preservação dos documentos históricos do país, enfrenta uma série de desafios, como a limitação de recursos financeiros e tecnológicos, o que compromete a qualidade e a extensão dos seus esforços de preservação (Brito, 2005; Santos, 2006).

Embora existam iniciativas para a conservação física dos acervos, como o uso de técnicas específicas de armazenamento, o AHM ainda não possui uma infra-estrutura robusta que garanta a preservação a longo prazo do seu acervo (Marques, 2008; Ferreira, 2006). A digitalização, enquanto alternativa promissora, encontra-se em estágios iniciais e não

constitui ainda uma prática consolidada, limitando o acesso futuro aos documentos históricos (Rufino et al., 2010; Gagete & Totini, 2004).

Além disso, o processo de preservação não abrange todos os documentos de forma equitativa, sendo que muitos com maior risco de deterioração não estão a receber tratamento adequado. Assim, a preservação do património arquivístico no AHM exige investimentos em tecnologias e estratégias mais sistemáticas e duradouras (Santos, 2006; Bertoletti, 2002). A ausência de uma política contínua de preservação documental compromete a missão do arquivo como guardião da memória colectiva (Silveira & Córdova, 2009).

4.3.2. Construção da Memória Histórica

A construção da memória histórica por meio do património arquivístico envolve não apenas a sua preservação, mas também a selecção e interpretação dos documentos disponíveis. O AHM assume um papel fundamental na organização e guarda dos testemunhos documentais que sustentam a memória colectiva nacional (Bardin, 2016; Brito, 2005).

Contudo, observou-se que a construção desta memória pode ser condicionada por abordagens que priorizam narrativas oficiais, em detrimento de perspectivas alternativas. Tal prática limita o potencial plural da história, influenciando a maneira como os acontecimentos passados são compreendidos (Assmann, 2011; Le Goff, 1990). Os documentos seleccionados, ao serem institucionalmente preservados, tornam-se elementos centrais na produção de discursos históricos (Foucault, 2001).

Neste contexto, os arquivos não são apenas repositórios, mas também lugares de memória onde se estabelece a disputa pela representação histórica e cultural da sociedade (Nora, 1993). A selecção arquivística, ao definir o que será lembrado, influencia directamente a memória colectiva e a formação das identidades sociais (Silveira & Córdova, 2009). Isso confirma a necessidade de um olhar crítico sobre os critérios de preservação documental no AHM.

4.3.3. Acesso à Informação e Democratização da Memória

A democratização da memória histórica, viabilizada pelo acesso à informação, é essencial para a construção de uma sociedade participativa e consciente. No caso do AHM, embora existam esforços nesse sentido, o acesso aos documentos continua limitado,

especialmente para cidadãos que se encontram fora da capital ou que não dispõem de recursos tecnológicos (Silveira & Córdova, 2009).

A ausência de uma política de digitalização consolidada restringe o uso de tecnologias que poderiam facilitar a consulta remota aos documentos, ampliando o alcance do acervo preservado (Marques, 2008; Fonseca, 1997). O acesso à informação, neste contexto, está directamente ligado ao direito à memória, o qual ainda encontra barreiras estruturais, como a centralização geográfica dos arquivos e a ausência de recursos digitais amplamente acessíveis (Santos, 2006).

Para além disso, o acesso à documentação arquivística deve ser acompanhado de acções educativas e de sensibilização social que promovam o uso consciente da informação histórica. É através destas práticas que o AHM pode consolidar-se como agente activo na democratização da memória colectiva (Foucault, 2001; Nora, 1993). A apropriação social da memória exige, portanto, que o AHM não apenas preserve documentos, mas também promova a sua circulação e interpretação no espaço público (Candau, 2011).

4.3.4. Desafios Institucionais

Os desafios institucionais enfrentados pelo AHM são diversos e comprometem a sua função enquanto guardião da memória histórica nacional. Questões como insuficiência de recursos humanos qualificados, limitações infra-estruturais e ausência de estratégias contínuas de modernização afectam directamente a eficácia das suas actividades arquivísticas (Brito, 2005; Mangué, 2015).

Apesar dos esforços visíveis em reestruturar fisicamente a instituição e formar quadros técnicos, persistem obstáculos que dificultam a implementação de políticas eficientes de preservação documental (Marques, 2008; Nharreluga, 2014). Essas fragilidades operacionais comprometem a construção de um sistema arquivístico nacional coeso e funcional, prejudicando o direito de acesso à informação pública e à memória (Santos, 2006).

Superar tais limitações requer, portanto, não apenas investimento financeiro e técnico, mas também uma redefinição da função estratégica do AHM no reforço da memória e da identidade colectiva do país (Silveira & Córdova, 2009). O papel do arquivo como actor activo no processo de representação cultural exige que a sua actuação vá além da conservação física, incluindo a mediação crítica dos discursos históricos e a promoção do pluralismo na memória social (Foucault, 2001; Mangué, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objectivo analisar o papel do património arquivístico na construção da memória histórica, considerando a contribuição dos documentos arquivísticos e das instituições de preservação na manutenção da memória colectiva. A partir da revisão bibliográfica e da análise documental, foi possível compreender como o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) actua nesse processo e quais desafios enfrentam as instituições arquivísticas na preservação e democratização do acesso ao património documental.

Os resultados desta pesquisa demonstram que o património arquivístico desempenha um papel central na estruturação da memória histórica, servindo como fonte essencial para a construção de narrativas sobre o passado. No entanto, constatou-se que o acesso à informação arquivística ainda enfrenta barreiras institucionais e tecnológicas, limitando a amplitude e a diversidade das memórias preservadas.

A ausência de uma política de digitalização abrangente e a escassez de recursos financeiros dificultam o processo de conservação e difusão dos acervos, impactando diretamente a disponibilidade e o uso dos documentos arquivísticos para a pesquisa e a construção da memória histórica.

A pesquisa também ressaltou a importância da gestão arquivística eficiente para garantir a preservação e o acesso contínuo ao património documental. Tanto no sector público quanto no privado, a implementação de políticas de gestão documental é essencial para assegurar a integridade e a acessibilidade dos registos históricos. A adopção de tecnologias para a digitalização e disseminação de documentos pode contribuir significativamente para a democratização da informação e o fortalecimento da memória colectiva.

Outro ponto relevante levantado neste estudo é a necessidade de políticas públicas voltadas à preservação do património documental. A criação de iniciativas institucionais que promovam a conservação, a organização e a divulgação do acervo arquivístico é crucial para garantir a continuidade e a valorização do património histórico. Além disso, a colaboração entre instituições arquivísticas, centros de pesquisa e universidades pode fortalecer o uso dos documentos arquivísticos em estudos científicos e históricos, ampliando o impacto dessas fontes para diferentes áreas do conhecimento.

Os dados colectados e analisados ao longo deste trabalho permitiram uma reflexão crítica sobre a influência dos arquivos na construção da memória colectiva, ressaltando a necessidade de medidas concretas para ampliar a preservação e o acesso a esses documentos. Discutiu-se também a relação entre memória e poder, destacando como a seleção documental pode influenciar a narrativa histórica e perpetuar determinadas perspectivas em detrimento de outras. Assim, reforça-se a importância de uma gestão arquivística transparente e inclusiva.

Diante dessas considerações, conclui-se que a valorização do património arquivístico é um elemento essencial para a construção de uma memória histórica mais inclusiva e representativa. Para que esse processo ocorra de forma eficaz, é necessário que as instituições arquivísticas invistam na melhoria da gestão documental, ampliem o acesso aos acervos e promovam estratégias que garantam a preservação de documentos relevantes para a história de Moçambique. Dessa forma, a memória colectiva poderá ser fortalecida, assegurando que as gerações futuras tenham acesso a um legado documental que reflita, de maneira abrangente, a diversidade e a riqueza histórica do país.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A emergência do património genético e a nova configuração do campo do património**. In: **Memória e património: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Regina. **A patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito colectivo** no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Orgs.) **Memória e novos patrimónios**. Marseille: Open Edition Press, 2015.

ARAÚJO, Cunha J. de & LIMA, Marcos G. **Preservação digital: o estado da arte**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. Anais electrónicos... Salvador, UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--149.pdf> . Acesso em: 10 Mai. 2024.

ASSMANN, J. **Cultura e memória**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

BARBOSA, A. A. **Ambiências Memoriais no Ciberespaço: portais corporativos como lugar de memória**. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8., n. 4, 1994. Disponível em: <http://www.e-iasi.org/cinfor/quest/quest.htm>. Acesso em: 08 Abr. 2024.

BELLOTTTO, Heloísa L., CAMARGO, Ana Maria de A. (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERNARDES, Ieda P. B. & DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

BERTOLETTI, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <http://www.saesp.sp.gov.br/cf7.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BRITO, E. **Patrimônio documental e memória histórica: Desafio para a preservação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CANDAU, Vera. **Educação e Implicações Sociais**. Rio de Janeiro. p. 159, 2011.

CASSARES, Norma C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2000.

CHRISTO, Tatiana R. **Restauração de acervos bibliográfico e documental**. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Curso de Preservação de Acervos bibliográficos e documentais. Rio de Janeiro, 2006.

CHOAY, Françoise. **Introdução**. In: **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

COOK, T. **What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898 and the future paradigm shift**. *Archivaria*. Ottawa, n. 43, p. 1-47, 1997. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/What-is-Past-is-Prologue%3A-A-History-of-Archival-and-Cook/a8865883750b1cda66ffba53e209ea696408246b>. Acesso em: 20 Mai. 2024.

CORDEIRO, F. L. **Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória(s) em Montes Claros, MG - 1980 a 2012**. Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

COSTA, João & CASTRO, Maria. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro. p. 127-128, 2008.

DANTAS, Falcone. **Identidade e Cultura nas Sociedades Modernas**. São Paulo. p. 141, 2008.

DELGADO, Lucilia. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Éducation et Sociologie**. Paris: PUF, 1922.

DUCHEIN, Michel. **Os Arquivos na Torre de Babel: Problemas de terminologia arquivística internacional**. *Acervo*, v. 20, n. 1–2, p. 13–22, 2007.

DUARTE, Renato C. **A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013.

ENAP, Escola Nacional de Administração Pública. **O direito de acesso à informação no Brasil: contexto, conceitos, abrangência e operacionalização**. Brasília, 2018.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Escola de Engenharia da Universidade de Minho: Guimarães, Portugal, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Iphan, 1997.

GAGETE, Élide & TOTINI, Maria E. **Memória Empresarial: uma análise da sua evolução**. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de Empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, p. 113-126, 2004.

GAGNON-ARGUIN, L. **A história dos arquivos**. In: Rousseau, Jean-Yves; Couture, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Publicações Dom Quixote, p. 20-53, Lisboa, 1998.

GARCIA, Olga; PENNA, Elenita & RICHTER, Eneida. **Introdução à arquivologia**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HANNESCH, Ozana. **Património arquivístico em museus: reflexões sobre selecção e priorização em conservação restauração de documentos em suporte papel**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

JEUDY, Jacques. **Cultura e Identidade: Memória Colectiva**. São Paulo. p. 13, 1990.

LARAIA, Roque de Barros. **Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro, 2001.

LE GOFF, J. **Documento/monumento: Memória-história**, In: Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional: Casa da Moeda, v.1, p. 95-106, Porto,1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, p. 423, 1990.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

LODOLINI, Elio. **Archivística. Principios y problemas**. Milano: Colección manuales 1989.

MACEDO, Laureano S. A. de. **Políticas de avaliação de informação no sistema arquivístico da Região Autónoma da Madeira: análise de conteúdo às portarias de gestão de documentos**. Universidade de Lisboa, 2015.

MACHADO, José; RODRIGUES, Maria. **Memória e Identidade na Sociedade**. UFBA, p. 250, 2010.

MAIA, Marly P. **Conservação e preservação documental: interiorizando a informação cultural**. Cuiabá, SEC, 1997.

MANGUE, Américo Pedro. **Evolução da Estrutura Física e Orgânica do Arquivo Histórico de Moçambique (1934-2014)**. Dissertação (Mestrado em História de Moçambique e África Austral) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, 2015.

MANINI, Mirian P & MARQUES, Otacílio G. **Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Anais electrónicos... Salvador,

UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--149.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MARQUES, M. **Arquivos, memória e poder: Reflexões sobre a gestão documental**. São Paulo, 2008.

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação: paradigmas latino americanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENEZES, Azancot B. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique (1975-1985)**. Maputo: Edições Afrontamento, p. 189, 1992.

MOLINA, L. G. **Memória organizacional e a constituição de bases de conhecimento**. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Marília, 2013.

MOLINA, T. S. **Arquivos privados e patrimônio documental: o Programa De Preservação Da Documentação Histórica - Pró - Documento (1984-1988)**. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, 2018.

MUNDET, José. **Manual de arquivística**. Madrid: FGSR, 1994.

NHARRELUGA, Rafael. **Estado e instituições arquivísticas: o locus da formação da memória e da identidade nacional** In: **O Estado e a construção da ordem arquivística em Moçambique (1975-2010)**, p. 61-106, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projecto História, n. 10, São Paulo, 1993.

OMAR, Maomede N. **Políticas, concepções e práticas dominantes do ensino superior em Moçambique**, 2013.

PAGLIARINI, Alexandre C. & AGOSTINI, Leonardo C. de. **A relação entre regime democrático e direito à informação. Direitos Fundamentais e Justiça**. v. 8, p. 73-81, 2009. Disponível em: http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/08_Artigo_4.pdf. Acesso em: outubro de 2014. Acesso em: 19 jun. 2021.

POULOT, Dominique. **A Construção Social do Espaço**. Rio de Janeiro. Editora FGV, p. 40. 2009.

POSNER, Ernst. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico.**, 2010.

RIBEIRO, Fernanda. **O acesso à informação nos arquivos.** Porto: FCG & FPCT, 2003.

RUFINO, Airtiane. **Preservação e Memória: a importância dos arquivos para a construção da história das instituições a partir de um paralelo entre os arquivos impressos e electrónicos.** In: Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão, e Ciência da Informação, UFPB, 2010.

SANTOS, B. de. **A gramática do tempo: Para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Apresentação. In: TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia** 2000. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SARPIM, Elaine F. & TREVISON, Maria de Azevedo. **Novas Tecnologias e Relações Sociais.** Florianópolis: UFSC, p. 52, 2018.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1974.

SILVA, A. M. da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação.** 2. ed. v.1. p. 23-201, Porto, 2002.

SILVA, L. E. F. da; PINHEIRO, M. de O. & FRAGOSO, I. da S. Dentro ou fora da memória? O arquivista da memória e a capacidade antidota do fazer lembrar. RACIn, v. 8, n. 1, p. 99-110, 2020.

SILVEIRA, R. & CÓRDOVA, F. **Gestão da informação e preservação documental: Um olhar interdisciplinar.** Florianópolis: UFSC, 2009.

SOUZA, Minayo, M. C. de. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** HUCITEC, São Paulo, 2010.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias.** Revista Projecto História: São Paulo, 1997. pp. 51- 84.

VÍCTOR, R. L. **O labirinto integralista: o PRP e o conflito de memórias (1938-1962)**. Universidade Federal De Goiás, 2012.

VITORIANO, M. C. C. P. **Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas**. Universidade de São Paulo, 2011.

ZATTA, R. **50 anos de morte do Tenente Camargo (1965-2015): impasses e conflitos da Memória Institucional Do Exército Brasileiro**. Universidade Federal do Paraná, 2016.

Legislação Colonial

MOÇAMBIQUE (Colônia). Decreto nº 18.570, de 8 de Julho de 1930. Aprova o Acto Colonial de 1930.

_____. Decreto 42.030, de 1958. Amplia as funções do Arquivo Histórico de Moçambique

_____. Decreto-Lei 41.472, de 23 de Dezembro de 1957. Transfere o Arquivo Histórico de Moçambique da Repartição Técnica de Estatística para a Direcção dos Serviços de Instrução do Governo da Colónia.

_____. Diploma Legislativo nº 635, de 19 de Abril de 1939. Define as funções do Arquivo Histórico de Moçambique.

_____. Diploma Legislativo nº 90, de 21 de Agosto de 1971. Actualiza as atribuições do AHM.

_____. Portaria nº 2.267, de 27 de Junho de 1934. Cria o Arquivo Histórico de Moçambique.

_____. Portaria nº 5.104, de 17 de Abril de 1943. Determina que a inutilização de documentos sem interesse para a história política, social, económica ou administrativa se faça com o conhecimento do Arquivo Histórico das Colónias.

Legislação Pós-Colonial

MOÇAMBIQUE. Decreto n. 33/92, de 26 de Outubro de 1992. Institui o Sistema Nacional de Arquivos. Boletim da República de Moçambique. Maputo, n. 43, p. 1-3, 26 out. 1992. Série I 72.

MOÇAMBIQUE. Constituição (2004). Constituição da República de Moçambique. Boletim da República, 1ª Série, n. 51, de 22 de dezembro de 2004.

MOÇAMBIQUE. Decreto n. 35/2015, de 31 de dezembro. Aprova o Regulamento da Lei n.º 34/2014, de 31 de dezembro, Lei do Direito à Informação. Boletim da República, Maputo, n.104, 2015. Série I.

MOÇAMBIQUE. Lei n. 34/2014, de 31 de dezembro. Lei do direito à informação. Boletim da República, Maputo, n. 105, p. 33-37, 31 dez. 2014. Série I.

_____. Decreto nº. 26/76, de 17 de Julho de 1976. Integra o Arquivo Histórico de Moçambique na estrutura da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).